

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO

2ª Reunião Ordinária 13 de Junho de 2013 às 15:00 horas no Plenário José Bonifácio.

Presidente: Deputado Edson Ferrarini

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei 570/2010	Deputado Rodrigo Garcia	Institui o licenciamento integrado de atividades e o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as atividades de baixo grau de risco.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
2	Projeto de lei 961/2011	Deputado Fernando Capez	Regulamenta o Artigo 114 da Constituição Estadual, que estabelece o direito do cidadão em obter informações para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, requeridas aos órgãos da administração pública direta ou indireta.	Deputado Marcos Zerbini	favorável	
3	Projeto de lei 347/2012	Deputado Olímpio Gomes	Autoriza o Poder Executivo a promover concurso interno de provas e títulos dentre os Soldados Policiais Militares Temporários visando sua nomeação para o cargo inicial de Praças da Polícia Militar.	Deputado Marcos Zerbini	Ciência do Vencedor	
4	Projeto de lei 458/2012	Deputado Carlos Grana	Dispõe sobre a reserva de até 50 (cinquenta) por cento das vagas de estagiários nos Poderes do Estado de São Paulo para estudantes das escolas públicas.	Deputado Marcos Martins	favorável	
5	Projeto de lei 568/2012	Deputado Hélio Nishimoto	Autoriza o Poder Executivo a criar o "Programa de Engenharia de Valor" na Administração Pública do Estado.	Deputado Ramalho da Construção	favorável à aprovação do Projeto, com a emenda apresentada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.	
6	Projeto de lei 631/2012	Deputado Carlos Bezerra Jr	Restringe direitos do empregador que mantenha trabalhadores em condições análogas à de escravo.	Deputado Ramalho da Construção	favorável	
7	Projeto de lei 642/2012	Deputado Carlos Giannazi	Estabelece valor unitário do vale-refeição concedido aos servidores públicos estaduais.	Deputado Olímpio Gomes	favorável	

8	Projeto de lei Complementar 21/2012	Deputado Pedro Bigardi	Revoga o inciso III do artigo 149, da Lei Complementar nº 180, de 1978, que dispõe sobre a instituição do Sistema de Administração de Pessoal.	Deputado Mauro Bragato	contrário	O.G.
9	Processo 2923/2012	Ângela Cristina de Oliveira Garcia	Requerimento solicitando Moção de Apoio e Nota de Repúdio.	Deputado Marcos Zerbini	propondo encaminhamento de ofício ao Ministério Público do Trabalho com apelo para que investigue as condições de trabalho enfrentadas pelos funcionários do Banco do Brasil e posterior arquivamento dos autos	

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

2ª Reunião Ordinária 13 de Junho de 2013 às 15:00 horas no Plenário José Bonifácio.

Presidente: Deputado Edson Ferrarini

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
10	Moção 97/2011	Deputado José Bittencourt	(CONCLUSIVA) Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que o PL 87/2010, que dispõe sobre a contratação de serviços de terceiros, seja aprovado.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
11	Moção 141/2011	Deputado Carlos Giannazi	(CONCLUSIVA) Apela a Sra. Presidente da República para que determine ao Conmetro - Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial providências junto à Presidência da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas - para que esta restabeleça a data de vigência da norma ABNT NBR 18801:2011, como foi aprovada e publicada, ou seja, a partir de 01/12/2011.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
12	Moção 46/2012	Deputado José Bittencourt	(CONCLUSIVA) Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam os esforços necessários para que o Projeto de lei 2295, de 2000, que regulamenta a jornada de trabalho dos profissionais de enfermagem, técnico e auxiliar de enfermagem, para 30 horas semanais, seja aprovado.	Deputado Rodrigo Moraes	favorável à aprovação da moção na forma do substitutivo	

13	Moção 67/2012	Deputada Heroilma Soares Tavares	(CONCLUSIVA) Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que engendrem esforços para que o Projeto de lei nº 3161, de 2012, que amplia para mais dois meses o prazo da licença-maternidade a ser concedido às servidoras públicas e funcionárias de empresas privadas que aderiram ao Programa Empresa Cidadã.	Deputado Rodrigo Moraes	favorável à aprovação da Moção, na forma do substitutivo	
14	Moção 69/2012	Deputado José Bittencourt	(CONCLUSIVA) Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que o projeto de lei nº 3198 de 2012, que permite aos servidores efetivos do Judiciário e do Ministério Público exercerem a Advocacia e darem consultoria técnica, não seja aprovado, pois é incompatível com o exercício da advocacia por parte dos servidores.	Deputado Marcos Zerbini	favorável	
15	Moção 35/2013	Deputado Rafael Silva	(CONCLUSIVA) Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados a fim de que determine providências para a aprovação do Projeto de Lei nº 2.573/2011, que estabelece o piso salarial nacional para os profissionais de Enfermagem.	Deputado Olímpio Gomes	favorável	

Para Ciência:

Item 16. Resposta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia sobre Indicação nº 1685/2012 de autoria da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho: quanto à reclamação de má qualidade do ensino do Curso Técnico de Enfermagem da Etec Uirapuru, o Grupo de Supervisão Escolar tem a considerar que os professores do curso são docentes portadores de licenciatura plena, por programa especial de formação pedagógica de docentes ou curso de pós-graduação. Quanto a eventuais irregularidades no ingresso de professores no curso de enfermagem, informamos que o Centro Paula Souza é uma autarquia em regime especial e o ingresso à carreira docente se faz por meio de concurso público. Ressalta-se que o regime jurídico dos servidores do CEETEPS é o da Consolidação das Leis do Trabalho.

Item 17. Resposta da Secretaria de Segurança Pública sobre Ofício nº 01/2013 da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho: foi instaurado pelo Comando de Policiamento de Área Metropolitana-8 (CPA/M-8) o Inquérito Policial Militar nº CPAM 8-002/120/13, que está em fase de instrução para averiguar o requerimento formulado pelo Sd PM Getúlio Aparecido da Silva, que versa sobre Representação contra seus superiores hierárquicos.

Item 18. Resposta da Secretaria de Fazenda sobre Ofício nº 02/2013 da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho: quanto às questões suscitadas, a Pasta já se pronunciou em diversas ocasiões, originando as Informações nºs 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122/2012/SF/GS/APDP. Ressalta-se que a Secretaria de Fazenda vem adotando um conjunto de medidas de gestão de pessoas e cargos para formar uma estrutura inovadora e profissionalizada. A diferença salarial entre o Contador e o Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas justifica-se pelo rol de competências técnicas de cada carreira. Este possui natureza multidisciplinar e abrangente no planejamento, orçamento, finanças e controle interno do Estado, aquele é mais restrito à área contábil e fiscal.